

Caleidoscópio intelectual – classe, *status* e indivíduos, nada disso ou mais um pouco.

Marcelo Cavalcanti¹

RIDENTI, Marcelo; BASTOS, Elide Rugai e ROLLAND, Denis.(org.) **Intelectuais e Estado**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2006. 264 pág

A obra é resultado do Seminário Internacional *Intelectuais, sociedade e Estado*, realizado em 2004, na Universidade estadual de Campinas, sendo parte de um acordo internacional de título *Intelectuais, cultura e política: França, Europa e Brasil, séculos XIX e XX*.

Em virtude da temática, o livro debruça-se nesse universo relacional de maneira internacional, abrangendo não só o foco do título (França, Europa e Brasil), como também adentra em outras paragens latino-americanas. A obra é composta por doze artigos apresentados em três partes que, segundo os organizadores, são de caráter expositivo, baseado em um critério temático-cronológico; o caráter expositivo da divisão demonstra que esta é apenas uma das inúmeras possibilidades de agrupar e reagrupar estes artigos selecionados.

Dessa forma, os artigos poderiam ser reagrupados em os que têm uma tendência historiográfica ou os de tendência sociológica, os que digam respeito à discussão cosmopolitismo e nacionalismo, tão afeita aos intelectuais, os que se centram na questão do exílio e dissidência, outro tema comum à intelectualidade que não deixou de ser abordado. São inúmeras as possibilidades, que vão desde dos que tratam como uma questão de divisão de trabalho remetendo, na tradição brasileira, à visão de Miceli ou aos que procuram interpretá-los como uma “representação social”, conforme é visto em Said.

Como método expositivo, é melhor ater-se aos critérios dos organizadores; assim, a primeira parte descrita é intitulada *Intelectuais e Estado no século XIX*. No primeiro artigo dessa parte, ao utilizar um termo pouco usual, “intelectocratas”, Daniel Aarão Reis revolve os intelectuais russos num período pré-revolucionário, fazendo então a distinção entre a *intelligentsia*, que o autor fundamenta na literatura russa especializada, contrapondo-se ao caminho de recorrer a Mannheim, e os já citados “intelectocratas”. Todavia, o que dá o tom ao seu texto é inicialmente definir os intelectuais como sendo o “conjunto de pessoas que independente de suas qualificações ou de suas ocupações profissionais intervieram no debate público, com propostas para a sociedade” (p.13) Uma definição que também se encontra em Sartre ao descrever o escritor (um intelectual) no seu ensaio sobre a literatura.

¹ Mestrando em Políticas Públicas e Sociedade pela Universidade Estadual do Ceará - UECE. E-mail: cavalcantinovaes@hotmail.com

Tratando-se do século XIX seria quase impossível que nenhum destes artigos agrupados na obra não apresentasse a questão das viagens científicas. A viagem, para os intelectuais, sempre aguçou o olhar sobre si através do olhar sobre o outro. Um recurso metodológico que consta desde os primórdios da educação aristocrática e que se fez (ou faz?) vigente ao longo dos anos, mas que talvez tenha tido sua época áurea no século em questão. É assim que Wilma Peres Costa lança luz ao processo de formação do Estado brasileiro, por meio das narrativas e viagens dos intelectuais que interpretavam o dito novo mundo, assim: “A viagem abria novos caminhos para o desenvolvimento das carreiras, seja no campo do Estado (academias, institutos, universidades), seja no campo das associações privadas (sociedades científicas)” (p.35) A viagem e o olhar de fora é um tema recorrente, como nos escritos de Adorno e Said acerca do exílio domiciliar e o exílio em si mesmo como condição de uma produção intelectual.

O capítulo encerra-se na análise das redes maçônicas e sua importância para o processo de modernização da Argentina e de alguns outros países latino-americanos; segundo Dévrig Mollès, a ocupação das lojas maçônicas por intelectuais como Garibaldi e outros que formaram frentes jovens em diversos países justifica o objeto de estudo, embora o que, para o autor, sirva de indício, por vezes acaba por desviar a atenção da temática.

A segunda parte, *Intelectuais e os Estados Novos dos anos 1920 a 1945*, é aberta pelo artigo de Didier Musiedlak que aborda a temática a partir do exemplo do governo fascista na Itália. Centrado no estudo de caso de um intelectual que foi cooptado e cooptou através do Estado, o artigo vale mais em aspectos historiográficos quando não trata de sua unidade de caso, mas sim de outros indivíduos que povoaram aquela configuração de mundo, como Bobbio e Ingrao e suas fases de engajamento. Segundo o autor, “este engajamento dos intelectuais deve ser colocado em relação ao dispositivo de enquadramento estabelecido pelo regime” (p.85), demonstrando assim tanto o viés do Estado fascista italiano como a relação de apoio e repulsa com que este permeou a vida de intelectuais que ganharam força na oposição, mas que participaram do regime ao qual eram opositores, como uma simbiose.

Um exemplo dessa relação é demonstrado por Dennis Rolland ao traçar um paralelo entre dois intelectuais, um no Brasil e outro em Portugal. O autor discorre sobre como os regimes totalitários destes países fabricavam e desmontavam a figura do intelectual através dos instrumentos estatais, com os quais cooptava-os. Ainda que não estivessem engajados politicamente, trabalhavam para o Estado, assim “inúmeros intelectuais aceitam, mesmo após terem sido objeto da repressão pelo poder, postos, responsabilidades ou missões.” (p.101)

Tal trajetória descrita é explicitada no artigo de Elide Rugai Bastos sobre Paulo Augusto Figueiredo e sua aproximação com o poder. A autora discorre sobre a participação deste na revista *Cultura Política*, em que esta assume uma importância indelével para a relação entre intelectuais e Estado durante o período. Para a autora, “Na revista se ressalta o papel dos intelectuais como co-participantes ‘na estruturação da nova ordem’ assumindo a função de ‘formadores de opinião pública’ e exercendo o papel de união entre governo e povo, traduzindo a voz da sociedade” (p.126). Através da trajetória deste intelectual, é possível uma reflexão entre a idéia da autora e a de Miceli sobre o processo de adaptação intelectual na mudança de classe dirigente.

Muitos foram os intelectuais que participaram na revista *Cultura Política*, dentre estes Graciliano Ramos, objeto do artigo de Adriana Coelho Florent. Ao centrar-se na produção intelectual de Graciliano e seu campo de possibilidades como literato ou político, remete ao que Bourdieu intitula de homologia entre agentes de um campo. Seria esta homologia representada pelos intelectuais que atuavam como operários, submetidos aos dominantes políticos assim como estariam submetidos os operários no campo de dominação econômica.

Sob o eixo temático *Intelectuais, artistas e Estado pós-1950*, a terceira parte começa por um artigo de Celso Frederico sobre o itinerário ideológico de Lucien Goldman, sua transição de um sentimento de exilado ao sentimento de pertença à França e como os contextos das 50 e 60 contribuíram para isso e refletiram em sua obra.

Já em Walquíria Domingues Leão Rego, o objeto é a relação entre democracia e intelectualidade por meio das idéias de Florestan Fernandes, sob uma pergunta fundamental à sua obra, “Existe uma crise da democracia no Brasil?”. É por meio desta pergunta e da chave analítica de que a interpretação sobre o objeto constitui parte importante dele mesmo e da matéria social a ser decifrada com a explicação sociológica. A autora analisa uma interpretação de Florestan da desigualdade do Brasil e sua dificuldade em estabelecer programas democráticos. Não obstante, a autora lança mão da história da institucionalização das ciências sociais no Brasil e a relação que os intelectuais passam a ter com o Estado desde então.

Idelette Muzart Fonseca dos Santos analisa a relação entre Ariano Suassuna e o Estado, relação esta que advém da época em que seu pai era governador da Paraíba, passando por sua morte e as passagens pela Secretaria de cultura de Recife e de Pernambuco. Através de seus personagens, Ariano, demonstra uma nova concepção estética e ética, que é refletida em sua ideologia e política partidária, numa política “armorial”. Tendo assumido dois cargos de secretário de cultura, erige-se como um

intelectual a serviço do Estado, não como um ‘barnabé’, mas como um intelectual de Estado, que se instrumentaliza através deste.

Sylvie Debs, versando em seu artigo sobre os fundadores da crítica cinematográfica, é possível remontar a construção do conceito de “nacional” e reconstruir seu itinerário, onde este passa da forma ao conteúdo. Nacional não seria apenas produzir os filmes no Brasil, mas trazer às telas as imagens e realidades do país. É cabível cotejar com este “nacional” oriundo de uma visão de Glauber Rocha com a construção de uma “cultura nacional” homogênea e consensual, permitindo a identificação dos indivíduos com símbolos e mitos nacionais, conforme descrita por Barbalho.

Marcelo Ridenti traça a construção da brasilidade a partir da formação de ‘estruturas de sentimento’, em que é possível observar a construção da brasilidade como uma estrutura de sentimento “romântica revolucionária”. Isto significa dizer que os recursos empregados nas artes e nos discursos evocavam a imagem de um povo brasileiro sofrido, mas com capacidade de atuar na mudança social e nisso consistia justamente essa “romantização revolucionária” consagrada nas artes. Sua análise insere-se no contexto analítico do mercado e sua relação estabelecida com intelectuais e Estado com uma indústria cultural crescente. A derrocada desta estrutura de sentimento ocorre no íterim do final da década de 70 e a redemocratização em que eclode a institucionalização dos intelectuais. A brasilidade passa assim a ser depositada em partidos.

É válido considerar que, dentre o universo de obras já existentes sobre a temática, esta é uma instigante obra sobre um tema que, quanto mais é abordado, mais deixa transparecer sua inesgotável capacidade de ser problematizado sob novas óticas, como um caleidoscópio.